

**Izabel Sadalla Grispino \***

O mundo moderno, com seus novos desafios, coloca a educação como prioridade para qualquer país, exige uma escola de qualidade para todos. O mundo se transforma, traz mudanças radicais, revoluções marcantes em vários setores, e só se pode enfrentá-lo apoiado no conhecimento.

O Brasil precisa de muito esforço para atingir um nível educacional que possa inseri-lo no plano da competitividade internacional. Possui déficits educacionais cumulativos de décadas, comprometendo a trajetória de estudantes que, muitas vezes, deixam a escola, tiram seus diplomas, tidos como semi-alfabetizados, longe de possuir as competências e as habilidades requeridas pela época globalizada. O que se vem constatando é que no ensino médio o aluno fica sem condições de acompanhar aulas que exigem um pouco que seja de abstração e sistematização. Tem uma redação empobrecida, pouca capacidade de argumentação e sofrível domínio das normas cultas da língua. Esse aluno tem dificuldade de relacionar informações, de interpretar textos, de resolver seus problemas do dia-a-dia.

As nações que acompanharam o avanço da educação, que perceberam no passado a sua importância, estão hoje num estágio privilegiado de desenvolvimento. No meu artigo da semana retrasada “Unesco constata baixa qualidade de ensino no Brasil”, tomamos conhecimento do relatório da Unesco relatando que a universalização do ensino foi atingida pela Coreia do Sul em 1959, no Brasil no fim da década de 90, quase meio século depois! A Irlanda atingiu o objetivo da educação secundária generalizada no início dos anos 60 e a partir de então abraçou, firmemente, a educação superior!

Países como a França e a Inglaterra foram mais longe. A França, em 1883, criou escolas elementares na maioria das cidades e, em 1882, a educação primária tornou-se gratuita e obrigatória. A Inglaterra, em 1870, criou as primeiras escolas estaduais e, anos depois, determinou a frequência escolar obrigatória.

Entre nossos vizinhos, a Argentina e o Uruguai organizaram-se criando sistemas públicos de educação bem antes de nós. A Argentina empreendeu importante reforma educacional, na presidência do Professor Domingos Faustino Sarmiento, fundador da primeira escola normal na América do Sul, em 1842. No Uruguai, a Lei Orgânica do Ensino, de 1877, possibilitou avanços consideráveis na educação do país. No Brasil, tivemos a Lei da Assembléia Geral, de 15 de outubro de 1827, logo após a Independência, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as localidades, mas o Ato Adicional de 1834, erroneamente, delegou às províncias essa responsabilidade, tirando do poder central essa competência, deixando a educação primária à sua própria sorte. Nosso educador Lauro de Oliveira Lima diz que a lei de 1827 teria sido a Lei Áurea da Educação Brasileira se tivesse sido consolidada.

Como recuperar o tempo perdido sem um grande esforço da Nação? Por que não se tentar organizar um pacto suprapartidário? Esse quadro desolador agrava-se pela contínua desvalorização do professor, desmotivando os jovens a seguir a carreira do magistério. É preocupante a previsão de uma carência de professores nas áreas básicas, fundamentais, como em matemática, ciência, física, química e biologia.

Os cursos de formação de professores estão esvaziando-se. Se não se der condições que estimulem a freqüência ao magistério, a rede pública poderá ter dificuldade em preencher seus quadros. Corre o risco de ficar sem professores nas próximas décadas em, praticamente, todas as áreas, conforme aponta a pesquisa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que ouviu, no início de 2003, 4.656 professores de dez Estados. Pela pesquisa, cerca de 2,5 milhões de educadores estão perto da aposentadoria e na faixa de 40 anos ou mais estão 55,1% dos docentes.

Segundo levantamento feito em 2003, faltam cerca de 250 mil professores, com formação superior, no ensino fundamental de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries e no ensino médio. O País precisa de 55 mil professores de química e igual proporção em física e nos últimos anos só se formaram 7.266 professores em física e 13.559 em química. Déficit considerável ocorre, também, nas disciplinas de matemática, biologia e geografia. Ciência é uma disciplina que vem, praticamente, zerando o conhecimento dos alunos da educação básica, constata as avaliações. A falta de professores continua tanto nas ciências humanas com em línguas, onde se verifica fraca formação de professores de português, história ou inglês. A pesquisa mostra que os melhores diplomados, oriundos das melhores universidades, não lecionam na rede pública, com resultado pesaroso para os alunos que não se sentem estimulados a aprender.

Como conseqüência da desvalorização do professor, o que vemos é o País sendo campeão de últimos lugares, mantendo as piores colocações em testes internacionais. Num dos últimos

artigos relatei a conclusão da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre a educação do mundo, divulgada em novembro p. passado, que coloca o Brasil na triste posição de 72.<sup>o</sup> lugar, entre 127 países, com a observação de que falta conteúdo de qualidade ao ensino brasileiro.

Mais recentemente, divulgou-se a classificação do Brasil no ranking do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). O estudo aplicado em 2003 mostra que o País ficou em **último lugar** n a avaliação do conhecimento de matemática de estudantes de 15 anos, numa lista com 41 países. O Brasil ficou atrás de nações como Tunísia e Indonésia.

Parece um hábito os alunos brasileiros ficarem em péssima classificação nos encontros internacionais. Grave quadro, revelador da falta de empenho de governos das últimas décadas, ausência de políticas sociais, políticas educacionais sérias, incidindo na deterioração da qualidade de ensino das escolas públicas brasileiras.

Não se pode colher o que não foi semeado.

\* **Supervisora de ensino aposentada.**□□□ □  
(Publicado em dezembro/2004)